

Congresso avança na luta contra a violência

1 Comissão mista examina restrições a armas de fogo

2 Acolhido projeto que obriga policiais a se identificar

3 Sarney propõe assistência financeira às vítimas



João de Araújo

O Congresso adotou ontem diversas iniciativas para enfrentar a violência. Foi instalada a comissão que consolidará os 58 projetos sobre armas de fogo. Subcomissão aprovou proposta que determina identificação de policiais em ações de controle da ordem pública. E José Sarney apresentou projeto que garante assistência a vítimas.

ESFORÇO CONJUNTO Senadores e deputados instalam comissão mista que examinará em 15 dias projetos que limitam uso de armas de fogo

Páginas 4 e 5

Comissão revê papel de TV educativa

A Comissão de Educação decidiu ontem suspender, já a partir da semana que vem, todas as autorizações de renovação ou entrada em funcionamento de emissoras educativas de televisão. Os senadores vão analisar a programação e o mérito dessas emissoras para saber se estão cumprindo seu papel de levar conhecimento à sociedade.

Página 6

CPI do Banestado tem pressa na quebra de sigilo

Parlamentares manifestaram insatisfação pelo fato de as autoridades brasileiras não terem obtido, junto aos Estados Unidos, a quebra do sigilo de contas consideradas importantes para investigar a evasão de divisas. O presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros, afirmou que "o sucesso da comissão depende da eficiência do relacionamento com os Estados Unidos".

Página 7



José Cruz

COBRANÇA Na presença de representantes de ministérios, Antero (segundo à esquerda) preside reunião

Empréstimo do Banco Mundial é aprovado na CAE

Página 3

Tourinho elogia ampliação do Projeto Malhas

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) comemorou a assinatura, no dia 1º de julho, de contrato, no valor de US\$ 1

bilhão, que vai permitir a implantação do Projeto Malhas – a expansão das malhas de gasodutos das Regiões Sudeste e Nordeste, e a interligação de ambas. O projeto ampliará a capacidade de transporte

de gás natural no Nordeste em 9 milhões de metros cúbicos por dia, nos próximos dois anos.

A ampliação da Malha Nordeste, disse o senador, prevê a implantação de sete gasodutos e ramais, com 962 quilômetros de extensão; a construção de oito estações de recebimento e medição de gás; e a instalação de duas estações de compressão na Bahia, nos municípios de Candeias e Catu. Tourinho elogiou a atuação da Petrobras, que segundo ele se tem destacado em um momento de crise na economia brasileira. As obras de ampliação da Malha Nordeste vão começar no segundo semestre e devem terminar em 2005.

Em apartes, os senadores César Borges (PFL-BA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) abordaram a questão energética. Borges mostrou preocupação com os preços dos derivados de petróleo, enquanto Garibaldi lamentou ainda existir risco de novo apagão no país.

Rosevelt Pinheiro



Tourinho elogiou a Petrobras por sua atuação

Agenda



Plenário vota projeto apresentado por FHC

Na sessão de hoje, marcada para as 14h30, serão votados vários projetos, entre eles o do então senador Fernando Henrique Cardoso que define os serviços sujeitos à cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS),

incluindo, entre outros, os produtos artísticos. O Plenário vota também projeto de lei que acaba com a necessidade de visto entre países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Comissão de Justiça debate Lei de Execução Penal

A Comissão de Constituição e Justiça reúne-se hoje, às 10h, para votar diversos projetos, entre eles o que altera a Lei de Execução Penal, garantindo aos

detentos informações anuais sobre a quantidade de pena ainda a ser cumprida. O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), apresentou parecer favorável. A

CCJ também deve votar projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que exige a divulgação na Internet de dados sobre licenciamento ambiental.

CPI da Exploração Sexual ouve especialistas

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes ouve hoje, às 11h, a promotora do Ministério Público do Maranhão Lítia Cavalcanti e a coordenadora nacional da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual e Comercial (Pestraf), Janete Cruz.



Orçamento analisa resultados do BC

O balancete patrimonial do Banco Central (foto) e a demonstração dos resultados da instituição serão analisados pela Comissão Mista de Orçamento, que se reúne amanhã, às 10h. O colegiado vota ainda requerimento para a criação de subcomissão temporária com o objetivo de avaliar o pacto federativo.

CPI do Banestado realiza reunião às 9h

A CPI do Congresso que investiga irregularidades no envio de dólares para o exterior por meio de contas

CC-5, principalmente pelo Banestado, dedica a reunião de hoje à votação de requerimentos. Amanhã, a comissão ouve técnicos

indicados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e pela Secretaria da Receita Federal.

Sarney recebe artistas

O presidente José Sarney recebe, ao meio-dia, a produtora Paula Lavigne e os cantores Zezé de Camargo e Luciano, Frejat, Martinho da Vila e o diretor Andrucha Waddington. Eles conversarão sobre projeto (incluído na pauta de hoje do Plenário) que altera a legislação do ISS para que o tributo incida sobre produtos artísticos.

Indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores examina amanhã, em reunião que se inicia às 11h, as indicações de Francisco Soares Alvim Neto e de Paulo Dyrceu Pinheiro, para embaixadores do Brasil, respectivamente, na Costa Rica, na América Central, e em São Tomé e Príncipe, no continente africano.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Senado aprova pesar pela morte de Burity

O Senado Federal aprovou ontem voto de pesar pela morte do ex-governador e ex-deputado federal da Paraíba Tarcísio Burity. O requerimento foi apresentado pelos senadores Efraim Morais (PFL-PB), Ney Suassuna (PMDB-PB) e José Maranhão (PMDB-PB). Burity faleceu ontem, aos 64 anos, vítima de falência múltipla dos órgãos, após cirurgia cardíaca feita no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo.



Tarcísio Burity: duas vezes governador

Burity foi duas vezes governador, deputado federal e secretário de Educação.

– Ele defendeu a redemocratização do país, as “diretas já” e a Constituinte. O Senado não faz mais do que reconhecer a contribuição que deu ao país – afirmou Efraim Morais.

Suassuna lembrou que Burity foi seu concorrente na campanha ao Senado. “Foi uma campanha tão limpa e ética que, após a eleição, fiz questão de visitá-lo e criamos uma forte amizade”, declarou.

Legado

José Maranhão, colega de turma de Burity na Faculdade de Direito, disse que o ex-governador deixa um legado político e administrativo que fez dele o deputado federal mais votado de toda a história do estado.

– Ele era um intelectual teórico do Direito, mas sua gestão como governador conquistou as massas populares. Era um conciliador, um homem de paz – recordou Maranhão.

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a Paraíba e o Brasil perdem um grande político, que se destacou em nível regional e nacional, que prestou grandes serviços ao seu estado. “Dentro do político havia o intelectual que deixou muitos trabalhos publicados”, lembrou Sarney, destacando que o ex-governador foi um professor que marcou sua carreira com a consolidação da Universidade da Paraíba.

Os senadores João Alberto Souza (PMDB-MA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Marco Maciel (PFL-PE) elogiaram a figura pública de Burity e também manifestaram seu pesar pela morte do ex-governador.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mantido texto de novas regras para sementes

Com a rejeição de quatro emendas apresentadas em Plenário, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) manteve o texto de projeto de lei da Câmara que estabelece novas regras para a comercialização e produção de mudas e sementes no país. O relatório contrário às emendas, elaborado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi lido por Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Jonas Pinheiro (PFL-MT) ressaltou que o projeto é um passo importante para complementar a lei de cultivares, que

protege os direitos de quem desenvolve novas sementes e mudas no país. Requerimento de urgência para votação em Plenário, proposto por Rodolpho Tourinho, foi acolhido pela CAE. Entre as emendas rejeitadas, de autoria de Pedro

Simon (PMDB-RS), está a que previa a inclusão dos técnicos agrícolas como responsáveis pelo processo de produção de mudas e sementes, ao lado dos engenheiros agrônomos e florestais.

Redução dos juros

Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou requerimento à CAE com proposta de criação de grupo de trabalho para "discutir ações concretas que ajudem a reduzir a taxa de juros no país". Na presidência da reunião, Mão Santa (PMDB-PI) informou que o requerimento será colocado em votação no início de agosto.

Suplicy apóia sugestão para o Iraque distribuir renda

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a importância da sugestão do indiano Fareed Zakaria, professor da Universidade de Harvard (EUA), para que seja adotado pelo governo do Iraque mecanismo de distribuição de renda semelhante ao que existe no Alasca, conforme entrevista publicada pela revista *Veja*. O parlamentar informou que cada habitante daquele estado americano recebeu, no ano passado, US\$ 1.540 dólares, por meio do programa.

– É o mais igualitário dos 50 estados americanos – ressaltou Eduardo Suplicy durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O senador lembrou que o projeto de renda básica de sua iniciativa, aprovado pelo Senado em dezembro de 2002, tramita na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, tendo como relator o deputado Paulo Bernardo (PT-PR). Suplicy, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), disse que enviou, no último dia 26 de maio, carta ao representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos no Iraque, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, com proposta semelhante à formulada por Fareed Zakaria.



Waldemar Rodrigues

Empréstimo do Banco Mundial recebe parecer favorável da CAE

■ Crédito de US\$ 404 milhões que será contratado pelo governo se destina a ajuste do setor público

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) favorável a autorização de empréstimo de até US\$ 404,04 milhões ao governo brasileiro, pelo Banco Mundial, destinado a ajuste do setor público. A matéria será submetida ao Plenário em regime de urgência.

– É um prêmio ao desempenho da economia brasileira e afirma a confiança da comunidade financeira internacional em relação ao Brasil – salientou Fernando Bezerra, ao comentar a operação.

O relator explicou que a oferta do Banco Mundial não exige contrapartida de recursos. O empréstimo passará a compor as reservas internacionais do país e poderá ser utilizado para saldar compromissos externos, permitindo um ganho fiscal



José Cruz

ESFORÇO Para Fernando Bezerra (D), operação é reconhecimento pelo desempenho da economia do país

adicional. Para mostrar as condições vantajosas dessa oferta de crédito, o parlamentar destacou que a operação trará uma economia de cerca de US\$ 400 milhões ao longo da duração do financiamento.

"Barato e bom"

Fernando Bezerra explicou que se trata de substituir uma fonte de dinheiro "caro e ruim" para compor as reservas internacionais por outro "barato e bom". O senador calculou que o primeiro empréstimo concedido pelo Banco Mundial para

apoiar o ajuste do setor público e as ações de reforma fiscal, autorizado em fevereiro de 2003, possibilitou uma economia de US\$ 65 milhões por ano, projetando ganhos de cerca de US\$ 600 milhões durante a vigência do contrato.

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o parecer e ressaltou que a operação leva em conta a melhoria da economia brasileira nesse primeiro semestre. No seu parecer, Fernando Bezerra destaca resultados obtidos não só neste ano, como nos últimos

três exercícios, com o cumprimento das metas do superávit primário e da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos estados.

Conforme o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o financiamento do Banco Mundial é um reconhecimento aos avanços obtidos pelo país no gerenciamento do risco da dívida pública federal e nas medidas adotadas na área de política fiscal. O Brasil terá um prazo de 123 meses para quitar a operação, incluindo 69 meses de carência.

Financiamento do BID para o Nordeste pode ganhar novo prazo

Parecer da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) favorável à prorrogação, por mais 300 dias, do prazo da autorização concedida ao Banco do Nordeste para obter US\$ 150 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta vai à deliberação do Plenário em regime de urgência.

Os recursos, cujo prazo para contratação já está vencido, deverão ser aplicados no Pro-

grama de Expansão de Mercados das Pequenas e Médias Empresas do Nordeste (PEM). Os acordos e os convênios com as entidades que participam do programa não puderam ser fechados no período previsto na Resolução nº 8/01 do Senado, lembra a relatora.

O autor do projeto de resolução, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), explicou que tomou a iniciativa de pedir a prorrogação do prazo depois de ter conversado com o presidente do banco, Roberto Smith, sobre a

importância desse financiamento.

Suplicy esclareceu ao senador César Borges (PFL-BA) que o programa prevê instituições financeiras "intermediadoras para reforçar a capilaridade" na aplicação desses recursos. "O Banco do Nordeste já iniciou entendimentos para firmar parcerias com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Pactual e o Bradesco", afirmou Suplicy.

Os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN), Garibaldi Alves

Filho (PMDB-RN), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacaram a importância dessa nova linha de empréstimo para o desenvolvimento do Nordeste. Tourinho ressaltou as condições vantajosas oferecidas pelo BID. Já a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que vai buscar informações para verificar como o Banco da Amazônia (Basa) poderá ter acesso a crédito semelhante para as pequenas e médias empresas da Região Norte.



Célio Azevedo

IMPASSE Patrícia Saboya lembra que convênios não puderam ser fechados

ACM vê união da guerrilha urbana com MST

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) advertiu ontem que “a guerrilha urbana está se casando com o Movimento dos Sem Terra”, o que, frisou, “pode levar a economia brasileira a uma situação difícil”. Para ele, o presidente Lula “é um homem de bem”, mas “alguns de seus companheiros torcem para o quanto pior, melhor”.



Segundo ACM, alguns torcem pelo pior

– Não tenho interesse em criar dificuldades para o presidente, mas é meu dever pedir aos líderes do PT no Congresso que levem a ele uma palavra de sensatez – disse.

Antonio Carlos criticou o uso do boné do MST por Lula, em audiência aos líderes do movimento, no Palácio do Planalto. Para ele, o gesto seria aceitável se o presidente estivesse em um acampamento do MST.

Governo rasga compromissos, afirma Pavan

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que o governo Lula está rasgando os compromissos assumidos com a sociedade na campanha eleitoral. Depois da posse, frisou, o governo está fazendo exatamente o oposto do que prometeu: garantiu a criação de 10 milhões de empregos, mas sua política econômica já resultou em mais 700 mil desempregados.



Pavan aponta “incongruências” do governo Lula

Pavan citou, “entre as muitas incongruências”, a retórica do PT contra a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o seguro apagão, que o governo agora quer tornar permanentes.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) afirmou “estar havendo um apagão na mente do presidente Lula e de seus ministros”.

SEGURANÇA

Parlamentares vão examinar todos os projetos sobre armas em tramitação no Congresso e devem propor Estatuto do Desarmamento

Instalada comissão mista para propor restrição a armas de fogo

Ainda durante o período da convocação extraordinária do Congresso Nacional, o Senado e a Câmara dos Deputados deverão analisar a proposta de criação do Estatuto do Desarmamento, com os principais pontos dos 58 projetos sobre armas de fogo, que estão em tramitação nas duas Casas.

Na reunião destinada à instalação de comissão mista que estudará o tema, o presidente do Senado, José Sarney, disse que existe uma tendência de restrição do porte e do uso de armas de fogo. A questão da comercialização e da fabricação das armas, informou, deverá ser decidida em referendo nacional. A previsão é que a votação final do projeto seja efetuada no dia 25.

– O problema das armas não pode mais ser postergado. Há dados indicando que 83% dos homicídios cometidos no país ocorrem com uso de armas, muitas vezes por motivos fúteis, simplesmente pelo fato de as pessoas estarem armadas. A aprovação desse projeto conjunto é a resposta que o Congresso pretende dar à sociedade – afirmou Sarney.

De acordo com o senador, o Congresso apresentará ainda uma sugestão ao Executivo de



EM CONJUNTO Na instalação da comissão, foi sugerido mutirão nacional para apreender armamento

que se faça um mutirão nacional para a apreensão de armamento. A instalação dos trabalhos da comissão mista, ocorrida na Presidência do Senado, contou com a presença do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

O ministro afirmou haver grande confluência entre o pensamento dos parlamentares e o do Executivo no sentido de se restringir ao máximo o uso de armas. “O porte de armas deverá ficar restrito aos policiais, seguranças particulares e militares e, mesmo assim, sujeito à renovação e exigência de exames psicotécnicos”, assi-

nalou Thomaz Bastos. João Paulo, por sua vez, disse que a aprovação da matéria até o dia 25 será uma forma de o Senado, a Câmara e o Executivo darem à sociedade mais um instrumento para combater a violência e a insegurança no país.

O presidente eleito da comissão mista, senador Edison Lobão (PFL-MA), observou que a comissão terá 15 dias para elaborar o trabalho. Ele ressaltou a existência de consenso no sentido de restringir o mais possível a posse, a propriedade e o porte de armas, mas advertiu que tudo está sujeito a discussões. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a

proibição da comercialização de armas, um dos pontos mais polêmicos do projeto.

O relator da comissão será o deputado Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP). Os senadores que integram o colegiado são Edison Lobão, Tasso Jereissati (PSDB-CE), Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP) e Romero Jucá. Pela Câmara, participarão os deputados Luiz Eduardo Greenhalg, Michel Temer (PMDB-SP), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Aloisio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Carlos Aleluia (PFL-BA). A primeira reunião da comissão será na próxima terça-feira, às 9h30.

Aprovadas regras de ação policial para manter ordem

A Subcomissão de Segurança Pública aprovou substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) ao projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que torna obrigatória a identificação de policiais nas operações de controle e manutenção da ordem pública. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A proposta aprovada obriga a utilização do uniforme padrão de serviço, com identificação pessoal e intransferível, nas operações ou ações de controle e manutenção da ordem pública e no policiamento ostensivo. A exceção são as atividades de polícia judiciária ou administrativa, as investigações e operações de inteligência que

necessitem de sigilo.

O texto também determina que as operações sejam filmadas para permitir avaliação da atuação policial. Na avaliação do senador César Borges (PFL-BA), a filmagem também permitirá avaliar se as pessoas que tiveram sua ação coibida pela polícia cometeram excessos. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou o projeto e revelou que ela própria foi vítima de violência de policiais.

Aloizio Mercadante informou que teve a idéia de apresentar o projeto ao participar, no Canadá, de uma reunião sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Na ocasião, assistiu a vários conflitos entre a polícia e manifestantes contrários à Alca e, como os



EXEMPLO Mercadante (entre Serys e César Borges) teve a idéia do projeto ao assistir a manifestações no Canadá contra a Alca

agentes policiais portavam identificações visíveis e toda a operação foi filmada, não foram registrados excessos.

Pena a cumprir

A Subcomissão de Segurança também aprovou parecer de Demostenes Torres favorável ao projeto do deputado Ricar-

do Barros (PP-PR) que altera a Lei de Execução Penal para garantir que, todos os anos, seja emitido um atestado informando a pena que cada detento ainda tem a cumprir. O projeto recebeu elogios do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que presidiu a sessão.

SEGURANÇA

Presidente do Senado apresenta proposta de criação de um Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos, que recebeu apoio de senadores

Hélio Costa defende plebiscito sobre armas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou projeto de decreto legislativo propondo que, junto com a eleição municipal do ano que vem, seja realizado um plebiscito nacional sobre o desarmamento da população. Ele argumentou que, com o equipamento moderno de que o país dispõe nas eleições, há condições de se incluir perguntas na urna eletrônica.

As perguntas a que o eleitor teria que responder seriam: 1) "O cidadão tem o direito de possuir em casa uma arma de fogo?" e 2) "O cidadão tem o direito de andar pelas ruas com uma arma de fogo?"



Hélio Costa: tema é muito urgente e importante

O senador disse que o tema é tão urgente e importante que há cinco projetos de lei tramitando só no Senado, desde o do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), que praticamente acaba com o porte e a fabricação de armas no Brasil, até um substitutivo que englobou todas as propostas e permite a posse (ter a arma em casa), mas não permite o porte (carregar a arma consigo nas ruas).

Hélio Costa elogiou a proposta do senador José Sarney de criar um fundo de assistência às vítimas de crimes violentos.

Borges também quer ouvir população

Durante a reunião da comissão mista do Congresso Nacional que examina a restrição ao porte de armas, o senador César Borges (PFL-BA) apresentou proposta de um plebiscito para que a população decida sobre o assunto.

A proposta de César Borges foi apresentada na forma de emenda ao projeto de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que proíbe a comercializa-



Borges apresentou emenda ao projeto de Renan Calheiros

ção de armas de fogo e de munição em todo o território nacional.

César Borges participou da reunião da comissão mista na condição de suplente. Ele é o relator do projeto de Renan na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto, que está na pauta da subcomissão, estará em discussão também na comissão mista.

Romeu Tuma diz que guardas de presídio agiram corretamente

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que os guardas das muralhas do presídio Adriano Marrey, de Guarulhos (SP), agiram corretamente ao disparar contra o helicóptero que tentou resgatar presos nos final de semana.

Há meses a ordem é essa. Atirar em qualquer helicóptero que se aproxime de um presídio. Foi com decisões como esta que a polícia de São Paulo controlou as atividades do chamado PCC (Primeiro Co-



Tuma: ordem de atirar foi dada há vários meses

mando da Capital) – disse o senador.

Além de colocar cabos de aço sobre alguns presídios, foram instalados equipamentos que impedem o funcionamento de telefones celulares na área dos presídios paulistas.

Tuma lamentou que o piloto do helicóptero tenha sido ferido gravemente.

A aeronave, fretada para um voo panorâmico, no meio do caminho foi seqüestrada para a tentativa de fuga.

Sarney propõe indenizar as vítimas da violência

O senador José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, apresentou ontem projeto de lei criando o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos. O projeto introduz na legislação brasileira o conceito de vítima, definindo-a como a pessoa que suporta os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada e que, em consequência, sofre danos físicos, psicológicos, morais, patrimoniais ou qualquer violação dos seus direitos fundamentais.

Sarney afirmou que estava apenas introduzindo o tema no debate sobre violência, por entender que, nas discussões, estão esquecendo um ponto fundamental, que é a pessoa humana, "vítima de todas as vítimas". O presidente do Senado disse que seu objetivo é "fazer com que o poder público saia do silêncio confortável, demonstrando, em termos objetivos, sua solidariedade para com as reais personagens do conflito".

– Nós constatamos que o Bra-



CRISE Sarney lembrou que a falta de segurança pública atingiu níveis alarmantes

sil tem 3% da população mundial e 9% dos homicídios cometidos no mundo. É uma estatística que deve merecer uma profunda reflexão de todos nós. Na década de 90, cerca de 3 milhões de pessoas foram assassinadas no mundo inteiro. No Brasil, 270 mil pessoas. Significa que, em 3 milhões no mundo inteiro, o Brasil participa

com quase 10%, sendo apenas uma população de 3% da Humanidade – disse.

O senador assinalou que o déficit de segurança pública atingiu proporções alarmantes, "colocando em causa a própria segurança do Estado e sua capacidade de intervir no problema". Para ele, o debate sobre segurança pública tem omitido a questão da assistência financeira às vítimas, preferindo refugiar-se nas tradicionais estratégias de repressão policial.

José Sarney disse ainda que o princípio ordenador da sua proposta é o artigo 245 da Constituição, que prevê as condições em que o poder público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Fernando Bezerra (PTB-RN), César Borges (PFL-BA) e Renan Calheiros (PMDB-AL) apartearam para elogiar a iniciativa de Sarney.

Pagamento seria feito de uma única vez

O projeto apresentado pelo senador José Sarney (PMDB-AP) definindo os direitos das vítimas de ações criminosas, regulamenta o artigo 245 da Constituição e leva em conta que o Executivo e o Legislativo não podem mais negligenciar a pessoa que sofre os efeitos concretos da violência. O primeiro artigo do projeto lista dez direitos da vítima.

Entre esses direitos, estão o de receber tratamento digno; obter do autor do crime a reparação dos danos; ser informada sobre os atos do inquérito policial; ser orientada quanto ao direito de queixa; prestar declaração à autoridade policial em dia diverso do estipulado para o autor do crime; obter rapidamente a restituição de pertences apreendidos pela polícia; receber proteção do Estado quando sofrer coação; e obter assistência financeira do Estado.

O projeto também dispõe que a União dará assistência

Europa já adota política de assistência às vítimas

A proposta do senador José Sarney baseia-se na experiência de diversos países, que adotaram leis de apoio às vítimas de violência. A União Europeia, por exemplo, divulgou um documento em 2001 (*Livro Verde*), em que orienta os países da comunidade a adotar políticas compensatórias às pessoas atingidas pela criminalidade. Em 1983 foi assinada a Convenção Europeia Relativa à Indenização de Vítimas de Infrações Violentas.

Veja quanto os países que possuem essa legislação empregaram em 2000 com assistência

País	Indenizações pagas (em milhões de euros)
Áustria	1,4
Bélgica	6,3
Dinamarca	5,5
França	147,5
Portugal	1,0
Espanha	1,5
Reino Unido	340,9
Suécia	7,4

Fonte: Comissão das Comunidades Europeias

financeira às vítimas ou herdeiros e dependentes carentes, consistindo essa assistência no pagamento de quantia única, dispensando-se, para esse fim, o pronunciamento final da Justiça.

Noutro dispositivo, o projeto estabelece que essa quantia é impenhorável e se destinará ao

custeio dos gastos funerários, tratamento e despesas médicas, de alimentação ou essenciais à manutenção da saúde e bem-estar da vítima ou seus dependentes carentes. O texto também institui, no âmbito do Ministério da Justiça, o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos.

Serys destaca apoio ao cooperativismo

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ressaltou o ineditismo da força-tarefa constituída pelo presidente Lula para dar competitividade ao cooperativismo brasileiro. O grupo de trabalho foi anunciado na última sexta-feira, em solenidade no Palácio do Planalto.

A equipe, composta por representantes de dez ministérios, do Banco Central e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem como principal objetivo, segundo a senadora, "criar condições concretas que possibilitem a modernização do cooperativismo nacional, com viabilidade de fusões para dar competitividade ao setor". Caberá também a essa força-tarefa criar mecanismos de apoio a exportações e elaborar propostas para atualizar a legislação sobre sociedades cooperativas.



Serys ressaltou ações concretas do governo

A parlamentar destacou ações concretas anunciadas pelo governo, como a possibilidade de utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para capitalização do setor. Ela lembrou que o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural do Ministério da Agricultura disponibilizará R\$ 15 milhões para programas de desenvolvimento humano.

Estradas

Serys lamentou a morte de dois jovens na BR-163, em Mato Grosso, no último final de semana. A senadora afirmou que "vidas são ceifadas por conta de uma estrada depauperada" e defendeu "condições mínimas para a restauração" das rodovias brasileiras.

Senadores vão avaliar o papel das TVs educativas

Integrantes da Comissão de Educação querem saber se emissoras cumprem seu papel

A Comissão de Educação (CE) decidiu ontem suspender, já a partir da próxima semana, todas as autorizações de renovação ou de funcionamento de emissoras educativas de televisão. O objetivo é avaliar a programação e o mérito dessas emissoras para saber se elas, realmente, estão cumprindo seu papel de levar conhecimento e educação à sociedade.

A decisão foi tomada depois de o senador Hélio Costa (PMDB-MG) observar que muitas emissoras educativas, principalmente no interior do país, usam seu espaço para fins político-partidários. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) propôs a extensão da avaliação às emissoras de rádio.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou



DEBATE Os senadores começaram a discutir a programação depois que Hélio Costa acusou emissoras de atuarem com objetivo político

que em seu estado as principais emissoras de TV são usadas para atender ao grupo político no poder. Segundo o senador, a oposição não tem acesso a nenhum canal para expor ao público suas idéias ou até se defender de acusações.

Lei de Imprensa

Já o senador João Ribeiro (PFL-TO) ponderou que o Congresso Nacional pode resolver o problema se aprovar nova Lei de Imprensa que garanta pleno direito de resposta.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) propôs uma nova Lei de Imprensa mais ágil, que

preveja prazos para retratação. O senador Edison Lobão (PFL-MA) concordou, mas observou que o Senado já aprovou, há anos, uma Lei de Imprensa mais severa e que aguarda votação na Câmara.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) disse que a lei que rege a imprensa "é uma ferida que deve ser tocada", enquanto o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) defendeu maior qualidade na programação das televisões comerciais brasileiras, observando que, no horário de 19h, "o que se vê é sexo quase explícito".

Suplicy anuncia debates sobre a Alca

Na condição de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o colegiado está empenhado em acompanhar as negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A partir de agosto, a comissão ouvirá autoridades, empresários e sindicalistas sobre a Alca.



NEGOCIAÇÃO Suplicy diz que Lula se empenha em reforçar posição do Brasil

Ele informou que o senador João Capiberibe (PSB-AP) participa, em El Salvador, da 14ª Reunião do Comitê Negociador da Alca. Suplicy afirmou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva está decidido a participar das negociações com os Estados Unidos na base do entendimento conjunto já obtido entre os quatro paí-

ses membros do Mercosul. Segundo Suplicy, o presidente Lula está empenhado em ampliar esse entendimento entre os países da América Latina, encontrando bases comuns com o Grupo Andino, para fortalecer sua posição negociadora diante dos EUA.

O senador anunciou que a embaixadora norte-americana no Brasil, Donna Hrinak, receberá a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e ele próprio hoje, às 14h30, para ouvir apelo em favor do jovem George Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, preso no Texas por tentativa de imigração ilegal.

O senador anunciou que a embaixadora norte-americana no Brasil, Donna Hrinak, receberá a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e ele próprio hoje, às 14h30, para ouvir apelo em favor do jovem George Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, preso no Texas por tentativa de imigração ilegal.

O senador anunciou que a embaixadora norte-americana no Brasil, Donna Hrinak, receberá a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) e ele próprio hoje, às 14h30, para ouvir apelo em favor do jovem George Geraldo de Assunção Pinto, de 23 anos, preso no Texas por tentativa de imigração ilegal.

Mesquita Júnior registra queda de juros no Acre

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) anunciou a redução dos juros cobrados pelo Banco do Brasil no estado do Acre, em empréstimos concedidos ao funcionalismo público estadual, mediante cartão de crédito, cheque especial e crédito direto ao consumidor.



Mesquita Júnior elogia esforço do governador

O senador observou que a maior parte dos 35 mil servidores públicos do Acre estava sufocada por juros sobre empréstimos que não conseguiam pagar e lhes consumiam todo o salário.

Mesquita Júnior também comunicou que requereu sessão solene extraordinária do Congresso para comemorar, no dia 17 de novembro, o centenário do Tratado de Petrópolis. O tratado, assinado entre Brasil e Bolívia, garantiu a posse pelo país da área que corresponde hoje ao estado do Acre.

Motta cobra plano de saúde em ministério

Em discurso ontem, o senador João Batista Motta (PPS-ES) apelou aos ministros dos Transportes, Anderson Adauto, e da Previdência Social, Ricardo Berzoini, para que restaurem o mais rápido possível a assistência médico-hospitalar aos aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes.

Há cerca de quatro meses, aqueles trabalhadores aposentados e viúvas – um mil só no meu estado e mais 34 mil em todo o país – não recebem qualquer assistência decorrente do plano de saúde contratado pelo governo.

Motta disse que as dificuldades orçamentárias não devem implicar "exclusão e, conseqüentemente, resultar na morte de milhares de pessoas, em sua maioria na terceira idade".



Motta: apelo a Anderson Adauto e Ricardo Berzoini

Efraim lidera Grupo Parlamentar Brasil-Canadá

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) foi eleito ontem presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Canadá. Na presença do embaixador do Canadá no Brasil, Jean-Pierre Juneau, o senador Edison Lobão (PFL-MA), que presidiu a reunião, destacou a importância que o grupo poderá vir a desempe-

nhar para ampliar as relações diplomáticas, econômicas e culturais entre os dois países.

Para Ney Suassuna (PMDB-PB), a vocação natural do grupo parlamentar será a de se tornar o mediador dos interesses entre os países. Por sua atuação, disse o senador, Brasil e Canadá poderão dinamizar ati-

vidades comerciais além-fronteiras, "sem precisarem enfrentar os tribunais internacionais", avaliou ele.

Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que foi eleito vice-presidente do grupo parlamentar, lembrou que o embaixador do Canadá esteve por duas vezes na Amazônia. Segundo ele,



COOPERAÇÃO Efraim (E), com o embaixador canadense, destaca importância do grupo

o interesse na região poderá desdobrar-se em acordos de cooperação.

CPI DO BANESTADO Representantes dos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores explicam à comissão o que tem sido feito para obter informações nos Estados Unidos

Demora para quebra de sigilo gera críticas

Parlamentares questionam dificuldades do governo brasileiro para avançar na apuração

Na presença da secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, e dos representantes do Ministério das Relações Exteriores Marcos Vinícius Pinto Gama e Manoel Antônio Gomes Pereira, os senadores e deputados da CPI do Banestado demonstraram ontem insatisfação diante do fato de as autoridades brasileiras não haverem obtido até o momento a quebra do sigilo bancário de contas nos Estados Unidos considerada importante para a investigação da evasão de divisas do Brasil via contas CC-5.

– Ficou claro que o sucesso



INSATISFAÇÃO Representantes do governo ouviram reclamações pela demora em obter dados sobre contas CC-5 nos Estados Unidos

da comissão depende da eficiência do relacionamento com os Estados Unidos – disse o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Cláudia Chagas explicou que as autoridades norte-americanas pediram elementos mais

concretos para autorizar a quebra do sigilo bancário. O relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), afirmou que vai requerer ao Ministério da Justiça cópias dos documentos trocados pelo governo brasileiro com as autoridades norte-americanas.

A secretária declarou não ter recebido oficialmente, até o momento, resposta do governo dos EUA aos pedidos que o Ministério da Justiça encaminhou. O primeiro requerimento solicitava a quebra do sigilo bancário de nove contas e, um segundo, de 16 contas.

Cláudia Chagas disse acreditar que a Polícia Federal, responsável pela instrução dos pedidos, errou na formulação da solicitação enviada aos Estados Unidos. Para melhorar a atuação do governo brasileiro em casos como esse, ela informou que o ministério está empenhado na estruturação do Departamento de Recuperação de Ativos Financeiros.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) indagou por que o Banco Itaú conseguiu junto a um juiz norte-americano a quebra do sigilo de contas bancárias nos EUA por meio de um

advogado, enquanto o governo brasileiro enfrenta dificuldades para obter essa autorização. A secretária ressaltou que o Itaú era parte legítima, porque havia comprado o Banestado.

O ministro Marcos Vinícius Pinto Gama, coordenador-geral de combate a ilícitos transnacionais do Ministério das Relações Exteriores, observou que, depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o sistema bancário norte-americano aumentou o controle sobre contas correntes.

Ele esclareceu que o papel do Itamaraty no combate à lavagem de dinheiro limita-se a tratamento político-diplomático do tema, e que o ministério promove, no âmbito de acordos multilaterais, reuniões com outros países para definição de ações conjuntas, acompanhando o tratamento dessas questões em foros multilaterais.

Procuradores trabalham em duas frentes

Na audiência promovida ontem pela CPI do Banestado, a secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, esclareceu que o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, determinou que procuradores da República no Paraná ficarão responsáveis pela investigação da possível evasão de divisas por meio de contas CC-5 na esfera criminal, enquanto em Brasília procuradores trabalharão com a possibilidade de prática de improbidade administrativa.

Diante da possibilidade de as investigações não serem concluídas até o final do prazo da CPI, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) sugeriu a adoção imediata de mecanismos administrativos da Receita Federal e do Banco Central para que a evasão de divisas não continue. Em concordância, o presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), disse que “ficou evidente que algumas providências precisam ser adotadas com urgência”.

Senadores querem ouvir delegado da Polícia Federal sobre investigações

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Serys Shlessarenko (PT-MT) e Ideli Salvatti (PT-SC) propuseram na reunião de ontem da CPI do Banestado que seja ouvido o delegado José Castilho, da Polícia Federal (PF), que participou das investigações sobre a evasão de recursos por meio de contas do Banestado. Eles entendem que é preciso que a CPI saiba ainda qual o papel atual do delegado nas investigações, já que existem notícias de que ele teria sido afastado do caso.

– É preciso saber o papel de Castilho hoje, se ele está atuando pela Polícia Federal, pelo Ministério Público ou como colaborador dessa comissão – afirmou Heráclito, informando que o delegado está à disposição da CPI para auxiliar nas investigações.

A secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, esclareceu aos membros da CPI que José Castilho permaneceu nos Estados Unidos por 72 dias, com apoio integral do Ministério da Justiça, recebendo diárias de US\$ 300. Ao deputado Robson Tuma (PFL-SP), Cláudia disse ainda que o consula-



PAPEL INCERTO Ideli Salvatti e outros senadores pretendem saber se o delegado Castilho continua atuando oficialmente no caso

do em Nova York apoiou Castilho. Porém, declarou, não havia justificativa para que a equipe da PF passasse seis meses nos EUA, já que a análise dos documentos obtidos naquele país deve ser feita no Brasil.

– O delegado José Castilho teve 100% de liberdade para conduzir a investigação desde que reassumiu o caso Banestado. Não adianta ele dizer que o Ministério da Justiça não anda, porque cabe a ele instruir o pedido de quebra de sigilo bancário – disse Cláudia, comentando declarações fornecidas por Heráclito de que Castilho con-

sideraria necessária a quebra do sigilo bancário de apenas quatro contas nos Estados Unidos, mas isso não estaria sendo obtido pelas autoridades do ministério.

Ideli Salvatti disse ter tido acesso a documento em que procuradores da República informam que Castilho foi funcionalmente afastado da investigação. A senadora apresentou requerimento para que esse documento seja encaminhado à CPI. Já o deputado Edmar Moreira (PL-MG) criticou o que chamou de “estrelismo” do delegado.

Antero apela para que não haja vazamento

Ao encerrar a reunião da CPI, o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), apelou para que os parlamentares e assessores evitassem o vazamento de informações.

– O vazamento só ajuda os bandidos e aqueles que provocaram enorme desfalque nos cofres públicos. Precisamos ter a exata compreensão de que devemos levar bem essa investigação. Não podemos permitir que a impunidade continue – declarou.

Ele pediu que a secretária nacional de Justiça, Cláudia Chagas, se comprometesse a tentar fazer com que representantes do Ministério da Justiça e da Polícia Federal participem da audiência marcada para hoje, às 11h, com o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

Antes da audiência de Fonteles, anunciou Antero, a CPI se reúne hoje, a partir das 9h, para analisar documentos, entre eles requerimentos solicitando que sejam ouvidas outras autoridades.



COMPROMISSO José Jorge lembra promessa de Lula durante campanha eleitoral

José Jorge cobra ampliação do Fundef

Em pronunciamento ontem, o senador José Jorge (PFL-PE) cobrou do governo uma definição sobre o futuro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O parlamentar observou que um dos compromissos de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva era ampliar o fundo, que passaria a financiar também a educação infantil e a de nível médio.

A mudança, disse José Jorge, implicaria revisão das obrigações dos poderes nos níveis federal, estadual e municipal. Ele lembrou que cabe à União a manutenção do ensino fundamental, enquanto o ensino médio é de responsabilidade dos estados e a educação infantil, das prefeituras.

Evolução

O parlamentar destacou que a melhoria nos índices educacionais foi responsável pela evolução brasileira no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU). De 2000 para 2001, o Brasil galgou quatro posições na relação de 175 países em que o IDH é medido. Ressaltou que, hoje, 97% das crianças ingressam no ensino fundamental, enquanto o ensino médio recebe 71% dos jovens entre 14 e 17 anos. Mas a melhora, assinalou, foi apenas quantitativa, já que outra pesquisa divulgada pela ONU deixa o Brasil com um dos piores níveis de ensino no mundo.

– É chegada a hora de melhorar os índices qualitativos – afirmou o senador, ressaltando que, para isso, é preciso que o governo explicita sua política educacional.

Paim: desemprego é o pior problema do país

■ Senador espera queda nas taxas de juros e reação da economia, permitindo a geração de postos de trabalho

Ao analisar os números da Organização das Nações Unidas sobre Índices de Desenvolvimento Humano, em que o Brasil está em 65º lugar no mundo, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), considerou o desemprego e a concentração de renda os principais problemas do Brasil. Ele propôs a formação de uma comissão geral, no Senado, para identificar medidas que incrementem a geração de empregos no país.

– Essa falta de capacidade da economia brasileira de gerar empregos nos remete à questão dos juros. Ouso dizer que, se o

país não acabar as elevadas taxas de juros, elas vão acabar com o país – argumentou.

Paim afirmou que as condições para uma redução significativa dos juros já se configuraram. A inflação está sob controle e se registra até deflação, o risco Brasil também apresenta os menores índices dos últimos 12 meses, possibilitando uma correção de rumos.

Argentina

O senador citou o exemplo da Argentina, onde o novo governo já tomou medidas de combate ao desemprego ao abrir postos de trabalho em programa de obras públicas para a construção de casas populares.

Segundo Paulo Paim, uma das soluções para gerar emprego no Brasil é a reforma agrária, cujos resultados dependem do crescimento econômico para absorver a produção.



ALTERNATIVA Reforma agrária reúne potencial para gerar empregos, afirma Paim

Em apartes, os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Ney Suassuna (PMDB-PB) concordaram em que a reforma agrária pode reduzir o número de desempregados. Para Eurípedes Camargo (PT-DF), é preciso incentivar a criação de cooperativas agrícolas.

▼ Saúde e educação elevam IDH do Brasil

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2003, divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mostra que o Brasil é o país que mais galgou posições na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde 1975. Foram 16 postos ganhos ao longo de 26 anos, levando o país à 65ª posição. A maior parte da evolução ocorreu nos anos 70 e 80, quando

o país saltou dez posições. O IDH é um indicador da qualidade de vida da população e se baseia em três dimensões: longevidade, educação e renda.

A classificação do Brasil só não foi melhor porque o indicador da renda teve poucos avanços desde 1975, um reflexo da desigualdade social, segundo o relatório. O texto cita o país, ao lado da China e Índia, como exemplo de grandes economias em

crescimento que deixam à margem regiões de intensa pobreza em seus territórios.

Apesar dos avanços, o IDH brasileiro ainda é considerado médio, o que o coloca atrás, somente na América Latina, de países como Colômbia, México, Cuba, Panamá, Argentina e Chile, estes dois últimos os únicos classificados entre os de alto desenvolvimento humano na região.

Lúcia Vânia destaca avanços sociais

Ao anunciar que o relatório de 2003 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado ontem, registrou que o Brasil evoluiu no número de matrículas em todos os níveis de ensino, na igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e no aumento da expectativa de vida, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou alguns programas do governo Fernando Henrique Cardoso que contribuíram para o avanço social.

Garantir à assistência social *status* de política pública ao invés de ação de favor e caridade, na avaliação de Lúcia Vânia,



RECONHECIMENTO Programas do governo FHC contribuíram para evolução, diz Lúcia Vânia

foi uma das iniciativas bem-sucedidas de Fernando Henrique. Ela também destacou

Mão Santa elogia indicação de Avelino Leiva

A indicação do economista Avelino Leiva para o cargo de delegado do Ministério da Agricultura foi comemorada pelo senador Mão Santa (PMDB-PI), ao destacar a participação do Piauí na reclassificação do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, de 69º lugar para 65º.

O Piauí, disse o senador, foi citado como exemplo na distribuição de terras para pequenos agricultores.

O senador Mão Santa manifestou sua gratidão pela indicação de Avelino Leiva, que foi presidente da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Comdepi), durante a sua gestão como governador, e concluiu obras inacabadas havia 50 anos.



Mão Santa destaca papel do Piauí na elevação do IDH

Eurípedes relata situação do Hospital de Base

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) comunicou ontem ao Plenário que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) teria proposto intervenção federal no Hospital de Base de Brasília. A decisão teria sido tomada após vencimento dos dois primeiros prazos para correção de irregularidades constatadas em inspeção realizada entre 18 de fevereiro e 19 de março.

A inspeção, segundo o senador, foi realizada por 19 técnicos das áreas de controle de infecção hospitalar, infra-estrutura de serviços de saúde e hemoterapia. Os técnicos anotaram 65 itens com problemas, apontando ações corretivas com prazo de 20, 60 e 120 dias.



Anvisa identificou irregularidades, informa Eurípedes

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Heráclito Fortes e Papaléo Paes